

A controvérsia dos jegues: tabus alimentares e espécies companheiras no Nordeste¹

*The controversy of donkeys: food taboos and
companion species in northeastern Brazil*

Felipe Sússekind*¹

Elaine Maria Azevedo**¹

Palavras-chave:

Tabus alimentares;
Relações humanos-
animais;
Estudos multiespécies;
abandono animal.

Resumo: Neste artigo abordamos a controvérsia envolvendo a substituição dos jegues por motocicletas na região Nordeste do Brasil. Trata-se de uma situação na qual elementos culturais, ecológicos e políticos se articulam em um emaranhado de relações socioambientais, que podem envolver conflitos e disputas, mas também podem produzir alianças inusitadas. O caso nos remete inicialmente a uma discussão clássica no pensamento antropológico, voltada para os tabus alimentares e os significados culturais das espécies de animais comestíveis. Em seguida, buscamos situá-lo em uma discussão mais contemporânea acerca das relações multiespécies e das redes sociotécnicas, investigando os processos recíprocos de domesticação e identificação em curso nas interações entre humanos, jegues e veículos motorizados.

Keywords:

Food taboo;
Human-animal relations;
Multispecies studies;
Animal abuse.

Abstract: *In this article, we discuss the controversy surrounding the replacement of donkeys for motorcycle in the Northeast region of Brazil. It is a situation in which cultural, ecological and political elements are articulated in a tangle of socio-environmental relations, which may involve conflicts and disputes, but may also produce unusual alliances. The case initially refers us to a classic discussion on anthropological thinking, focused on food taboos and the cultural meanings of species of edible animals. We then seek to situate it in a more contemporary discussion about multispecies relations and sociotechnical networks, investigating the reciprocal processes of domestication and identification underway in the interactions between humans, donkeys and motor vehicles.*

¹ Recebido em 01/04/2019. Aceito em 13/06/2019

*¹ Doutor em antropologia social pelo Museu Nacional - UFRJ; professor no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: felipesussekind@puc-rio.br.

**¹ Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail: e.azevedo.m@gmail.com.

*Porque fugiu com Jesus,
O jegue é bicho sagrado,
Mas o progresso chegou,
Infame e descontrolado:
Trouxe a moto pro sertão
E o jumento, nosso irmão,
Vive hoje abandonado*

Miguezim de Princesa, *O testamento do Jegue*²

Este artigo trata de uma controvérsia socioambiental em curso na região Nordeste do Brasil, tendo como referência material disponível na internet e publicado por diferentes veículos da imprensa nacional entre os anos 2002 e 2018. Trata-se de uma cartografia³ exploratória, ou seja, da elaboração inicial de um tema que entendemos pode ser desenvolvido através de trabalho de campo e pesquisas mais aprofundadas.

Presente em diversas regiões do Brasil, o jegue⁴ é visto como patrimônio cultural nordestino por sua relação com uma população que teve nesse animal um companheiro histórico de batalhas contra a seca e a fome. Isso se revela em festivais e competições, assim como em diversas manifestações artísticas regionais, em especial na escultura popular e na literatura de cordel⁵. Nesse sentido, a resistência e a capacidade de adaptação ao semiárido nordestino fizeram dele um símbolo regional, animal totêmico que encarna a força sertaneja perante as adversidades.

Mas os signos culturais aparentemente estão sendo desafiados por mudanças socioeconômicas. Desde o início dos anos 2000, uma série de notícias dão conta de um processo em curso em que os jegues passaram a ser substituídos por motocicletas em toda a região Nordeste. Os motivos para isso estão ligados à expansão urbana, ao aumento da renda de famílias mais pobres e ao investimento de fábricas e montadoras no mercado brasileiro. A facilidade de crédito trazida pelas políticas de inclusão social dos governos de esquerda

² Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cordel/2002431>. Acesso em: 20/03/2019.

³ A proposta se inspira nas *cartografias de controvérsias*, formuladas no âmbito da Teoria-Ator-Rede (TAR) para o estudo das chamadas redes sociotécnicas. Estas redes são entendidas, neste âmbito, como constructos materiais-semióticos, isto é, fenômenos que devem ser estudados simultaneamente em sua dimensão simbólico-significativa e em sua dimensão material. Ver, a esse respeito, Latour (2005) e Law (2009).

⁴ Jumento, burro, asno, jegue, jerico, burrico são todos nomes regionais diferentes para a mesma espécie, *Equus asinus*.

⁵ O tema é abordado por Fernanda Dourado Moitinho no documentário *O jegue: patrimônio cultural do Nordeste*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TshYVXEcbFk>. Acesso em: 21/06/2018.

neste período, somada à popularização de motocicletas de baixo custo permitiram que as chamadas (pelos economistas) classes C e D, particularmente na zona rural, adquirissem esta nova forma de transporte e de trabalho. Para se ter uma ideia, a aceitação foi tão grande que, entre 2000 e 2014, a frota de motos no Nordeste havia passado de 700 mil para 5,8 milhões⁶.

A entrada em cena desses substitutos mecanizados teve, entretanto, como consequência direta, uma mudança nas relações entre humanos e animais em âmbito regional. Os jegues, antes valorizados tanto em termos financeiros quanto nas relações de trabalho no meio rural, foram sendo gradualmente abandonados. Passaram então a viver soltos, muitas vezes em situações precárias, nas cercanias de habitações e centros urbanos, em geral às margens de estradas e rodovias. Este processo desencadeou, por sua vez, uma série de acidentes automobilísticos, fazendo com que um animal visto como útil para a sociedade passasse a ser tratado, em muitos casos, como um estorvo para o poder público. Há alguns anos, esse problema é recorrente em grande parte do Nordeste⁷, e uma série de soluções têm sido propostas, em diferentes instâncias, para resolvê-lo.

Doações, abate legal, produção de queijo, transporte de bananas, atração turística e até jegueterapia⁸ surgem como opções, enquanto a população de asininos nas estradas vem aumentando ano a ano. Uma alternativa aparentemente viável para lidar com o problema são fazendas-refúgios que recolhem os animais das estradas e investem economicamente em sua manutenção. "Santuário do Ceará se empenha em salvar animal-símbolo do sertão" é o título de uma matéria televisiva que foi ao ar em 21 de novembro de 2017 no Jornal da Record, apresentando em tom otimista esse tipo de lugar. "O símbolo do sertão tem sido salvo em refúgios e pode ganhar novo valor na produção do leite, que chega a R\$ 170 por litro no exterior", diz a chamada para a matéria⁹.

⁶ Ver, a esse respeito: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-fim-do-ciclo-do-jegue/>. Acesso em: 20/08/2018.

⁷ A maior parte das matérias que analisamos aqui se refere a municípios do Rio Grande do Norte, porém há registros também do mesmo processo ocorrendo em outros estados, como Ceará, Paraíba e Bahia.

⁸ Similar à hipoterapia, o método terapêutico e educacional que utiliza cavalos em tratamentos para crianças e indivíduos com necessidades educativas especiais, entre eles deficientes físicos, pessoas com autismo, entre outros. Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37478910>. Acesso em: 21/01/2019.

⁹ Disponível em: <https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/serie-jr-santuاريو-do-ceara-se-empenha-em-salvar-animal-simbolo-do-sertao-06102018>. Acesso em: 12/10/2018.

Outro elemento a ser levado em conta, neste caso, é o fato de que a região vem passando, desde 2012, pelo que já é considerada a pior seca dos últimos cem anos. Em maio de 2017, o período de estiagem afetava 23 milhões de pessoas, e mais de 600 cidades haviam decretado estado de emergência por causa da falta de água¹⁰. Em janeiro do mesmo ano, por exemplo, foi registrado o grau mais severo de seca já medido no estado de Pernambuco desde que foi implantado o sistema de monitoramento de secas em 2012¹¹. As questões ligadas às mudanças climáticas e aos impactos da estiagem são também camadas importantes para entendermos o desdobramento da controvérsia. Um grande número de animais sendo apontado como um problema regional, até mesmo um caso de saúde pública; ao mesmo tempo, a seca severa implicando dificuldades no plantio e restrições alimentares para a população humana. É nesse cenário que surgiram as propostas em torno do uso dos jegues como alimento.

Um exemplo particularmente eloquente dessa situação aconteceu na cidade de Apodi, no Rio Grande do Norte, em 2014, um acontecimento noticiado pelo portal de notícias G1, um dos canais de maior circulação da mídia on-line no país¹². Um promotor de justiça local, Silvio de Andrade Brito, promoveu um churrasco com diversas partes do animal, contando com a presença de prefeitos, vereadores e promotores, além de membros da elite da sociedade potiguara. A proposta do promotor era que este tipo de carne passasse a ser usado na alimentação dos detentos em presídios no estado. Ele explica que a ideia surgiu após reuniões com professores do curso de Veterinária da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa). "Chegamos à conclusão que uma das soluções para a questão dos animais apreendidos é estimular o consumo da carne de jumento" – diz. E conclui: "Os veterinários atestaram que o alimento é próprio para o consumo humano. Não é consumido por uma questão cultural. Queremos quebrar essa barreira".

O evento foi autorizado pela Defesa Sanitária do estado do Rio Grande do Norte, que concedeu uma autorização especial para realizar o abate, com a condição de que fossem realizados nos animais testes de laboratório para saber se não tinham doenças contagiosas. Com o laudo negativo, a carne foi levada para um restaurante em Mossoró, onde foram preparados dois pratos diferentes. O chefe de cozinha responsável pelos pratos, entrevistado para a matéria, compara o filé mignon de jumento e o de bovino: "Obviamente tem a

¹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dos-ultimos-cem-anos.html>. Acesso em: 12/09/2018.

¹¹ Disponível em: http://www.apac.pe.gov.br/noticias.php?noticia_id=884. Acesso em: 14/03/2019. Fonte: Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC.

¹² Globo Rural. "No RN, promotor defende o consumo de carne de jumento". Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/05/promotor-do-rio-grande-do-norte-incentiva-o-consumo-de-carne-jumento.html>. Acesso em: 19/05/2019.

diferença do tamanho, que se percebe à primeira vista, e também a coloração. Você observa que o filé de equino, de uma forma geral, tem uma coloração mais escura, enquanto o filé bovino tem uma coloração mais clara. A textura tecnicamente não é diferente”¹³.

Levando-se em conta apenas o aspecto nutricional, de acordo com os argumentos apresentados pelos promotores do evento gastronômico, não haveria nenhum problema no consumo de um novo tipo de carne. Após a divulgação do caso, porém, seus organizadores sofreram severas críticas de parte da população local, assim como de entidades de proteção dos animais. O site da *World Animal Protection*, com a repercussão dessa e de outras matérias, publicou um artigo assinado pela zootecnista Paola Rueda, que afirma que “sacrificar é ineficaz, pois enquanto se sacrificam 10 jumentos, outros 20 estão sendo abandonados e maltratados nas ruas e estradas”¹⁴. Para a entrevistada, ligada à entidade de defesa dos animais, não se pode “abandonar animais que são ícones da paisagem e da cultura nordestina”. De acordo com ela, somente a educação e a posse responsável, com a castração sistemática, seriam maneiras eficazes de controle e reduziriam o sofrimento animal.

Em notícia publicada em agosto de 2015 no site oficial da Câmara dos Deputados, ficamos sabendo ainda que:

A presidente da Comissão de Meio Ambiente da Subseccional de Mossoró (Rio Grande do Norte) da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Vânia Brito Diógenes, denunciou, nesta quinta-feira (27), à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos de Animais, o abate de jumentos para consumo humano na cidade de Apodi (RN).¹⁵

O promotor responsável pelo evento gastronômico foi denunciado na CPI dos maus-tratos de animais, e a OAB divulgou na ocasião um estudo em que atestava que o consumo humano da carne de jegue não tinha apelo cultural, econômico ou social. O estudo sugeria que os animais abandonados fossem utilizados em passeios turísticos ou outras atividades.

No que se refere à literatura antropológica em torno das relações humanos-animais, a controvérsia em torno do uso dos jegues como alimento pode nos remeter, neste caso, aos aspectos alimentares do “pensamento

¹³ Globo Rural. “No RN, promotor defende o consumo de carne de jumento”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/05/promotor-do-rio-grande-do-norte-incentiva-o-consumo-de-carne-jumento.html>. Acesso em: 19/05/2019.

¹⁴ Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/de-quem-e-esse-jegue>. Acesso em: 15 mar 2019.

¹⁵ Souza, Murilo. “Advogada denuncia a CPI abate de jumentos para consumo humano no RN”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/494871-ADVOGADA-DENUNCIA-A-CPI-ABATE-DE-JUMENTOS-PARA-CONSUMO-HUMANO-NO-RN.html>. Acesso em: 21/01/2019.

burguês¹⁶ analisados por Marshall Sahlins em um de seus livros mais conhecidos, *Cultura e Razão Prática* (2003 [1976]). Colocando em questão os hábitos alimentares norte-americanos, o autor chama atenção para o fato de que o sistema cultural capitalista trata a produção como determinada por uma razão prática, utilitária; ou seja, como um processo natural-pragmático de satisfação de necessidades (2003, p. 166). Esta razão utilitária, entretanto, argumenta o autor, é determinada por uma lógica cultural que determina nossos hábitos alimentares, a partir da qual a relação produtiva da sociedade com seu próprio ambiente se estabelece. Relação ligada à avaliações específicas de comestibilidade e não comestibilidade, elas mesmas qualitativas e de maneira alguma justificáveis apenas por vantagens biológicas, ecológicas ou econômicas (2003, pp. 170-171).

Nesse sentido, a ideia de quebrar uma barreira cultural para um animal comestível vai de encontro a uma estrutura que envolve tabus alimentares, relações afetivas e relações de poder. É o que Sahlins mostra no que se refere às propostas de consumo de carne de cavalo durante a grande recessão norte-americana, nos anos 1920, alvo de uma intensa controvérsia no EUA envolvendo criadores e amantes de equinos, consumidores e governantes (2003, pp. 192-193). Ele propõe uma releitura do conhecido argumento formulado por Edmund Leach, de acordo com o qual a comestibilidade das espécies é inversamente proporcional à sua proximidade em relação ao humano.¹⁷ Os cães participam das sociedades ocidentais enquanto sujeitos, e as vacas enquanto objetos. Cavalos, por outro lado, com argumenta Sahlins, ocupam uma posição intermediária problemática entre a parte do ambiente marcada como comestível e a parte interdita ou tabu.

As relações são formuladas, neste caso, dentro de um sistema totêmico que articula o estatuto das espécies animais (seu grau de humanidade) e os papéis sociais atribuídos a elas. O tabu alimentar é permeado pelas relações que compõe a coletividade, tendo em vista que os animais consumidos pelos seus membros geram um esquema simbólico de comestibilidade. "Este esquema se junta com o que organiza as relações de produção para precipitar, através da distribuição da renda e demanda, toda uma ordem totêmica, unindo, em uma série paralela de diferenças, o status das pessoas e aquilo que elas comem" (SAHLINS, 2003, p. 176.)

O caso dos jegues no Nordeste, com evidentes diferenças culturais e econômicas, coloca em cena questões muito semelhantes às aquelas suscitadas

¹⁶ Um jogo de palavras com a expressão de Lévi-Strauss, "pensamento selvagem".

¹⁷ Partindo de uma análise estruturalista, Leach propõe a esse respeito uma tese que relaciona o tabu alimentar ao tabu do incesto ou aos sistemas de parentesco. A classificação dos animais obedece, de acordo com ele, a uma lógica totêmica em que cada espécie é designada de acordo com a proximidade ou distância em relação ao humano (1983 [1964]).

pela proposta de consumo de carne de cavalo nos EUA. Além dos tabus culturais envolvidos, há aqui também empecilhos práticos para a proposta de mudança nos hábitos alimentares nordestinos ligados ao fato do Rio Grande do Norte não contar com nenhum abatedouro autorizado para trabalhar com equinos. Ainda na matéria sobre a carne de jegue servida no evento público na cidade de Apodi, o responsável por um dos maiores frigoríficos do Nordeste afirma que várias adaptações teriam que ser feitas para que este tipo de abate se tornasse viável. “Nós deveríamos destinar uma área exclusiva para isso, e fazer uma capacitação de pessoal, já que não é uma atividade comum” – diz ele, e acrescenta que: “não é da nossa cultura abater essa espécie”¹⁸.

Note-se que o especialista questiona tanto os processos técnicos quanto os hábitos culturais. As adaptações necessárias demonstram a complexidade das relações sociotécnicas envolvidas no caso. Utilizando exemplos ligados ao caráter relativo dos valores alimentares em diferentes culturas, Sahlins observa, em sentido análogo, que há “uma estrutura correspondente para a produção agrícola de ração, e em consequência uma articulação específica com o mercado mundial, que se modificaria da noite para o dia se comêssemos cachorros” (2003, p. 191). Poderíamos dizer a mesma coisa em relação aos jegues.

Um desdobramento posterior da controvérsia, que surge nesse contexto, envolve a negociação um acordo comercial entre Brasil e China. Enquanto no Brasil a comestibilidade do jegue é impedida por aspectos culturais e técnicos, na China ela é usual, o que poderia viabilizar a exportação dos animais. No mercado chinês, de fato, os asininos são utilizados tanto na indústria de alimentos quanto na de cosméticos. Por ano, os chineses sacrificam 1,5 milhão de jegues, sendo que o processo envolve tecnologia de ponta, com melhoria genética, cuidados na produção de alimentos específicos e assistência técnica. Motivado por esses dados, em julho de 2011, o secretário adjunto de Agricultura do Rio Grande do Norte, José Simplício Holanda, assinou um protocolo de intenções com a Empresa Shan Dong Dong E. E. Jiao Co. Ltda., visando à criação do animal para produção, comercialização e industrialização da carne e derivados¹⁹.

Após esta assinatura, porém, ocorreram novos protestos de entidades de proteção ao animal e manifestações da sociedade civil contra a exportação de asininos. No site Petição Pública, por exemplo, circulou um abaixo-assinado solicitando que os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente vetem o que é

¹⁸ Globo Rural. “No RN, promotor defende o consumo de carne de jumento”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/05/promotor-do-rio-grande-do-norte-incentiva-o-consumo-de-carne-jumento.html>. Acesso em: 19/05/2019.

¹⁹ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/nordeste-vai-exportar-jumentos-para-a-china-7mg3npbzmj8m3zgw2qdiwk0e>. Acesso em: 04/11/2018.

considerada uma “verdadeira carnificina”²⁰. Na prática, apesar de não ter sido totalmente descartada, a solução internacional para o problema dos jegues não foi vitoriosa. A lei social que rege o tabu alimentar foi assim corroborada com o apoio popular. Em 2017, o então secretário estadual do Rio Grande do Norte de Agricultura²¹ afirmou que, além de o estado não ter condição de atender à demanda chinesa – que pretendia importar 300 mil cabeças/ano do Nordeste –, entidades de defesa dos animais se posicionaram contra a venda dos jumentos para consumo humano. Temendo protestos, a ideia da exportação dos jegues foi colocada em suspenso. A luta contra o abate revela também algumas formas de resistência ligadas à luta em defesa dos animais.

“Não queremos que os jumentos abandonados virem carne barata para os presidiários”, afirma o fotógrafo e escritor Marcelo Buainain, autor do belíssimo livro *Era uma vez... o jumento*, desenvolvido no âmbito do Prêmio Marc Ferrez de Fotografia e publicado em 2014²². Com fotografias realizadas nos estados da Bahia, do Ceará e do Rio Grande do Norte, entre os anos 2013 e 2014, o fotógrafo explora os aspectos ambíguos das relações estabelecidas com um animal chamado regionalmente por tantos nomes (burro, jegue, jumento, jerico, roxinho, entre outros). São imagens que traduzem múltiplas formas de interação: a serventia que sempre tiveram como força de trabalho e transporte, o afeto dispensado a eles e, por outro lado, seu abandono pelas estradas e ruas das cidades, ligado ao fato de serem substituídos na cadeia produtiva ou econômica. Trata-se de um trabalho que se refere ao companheirismo, ao lado afetivo e, ao mesmo tempo, ao aspecto triste e violento da substituição dos jegues por veículos motorizados, com exemplos de animais magros e famintos, abandonados à própria sorte ou atropelados.

O texto de abertura do livro, escrito em primeira pessoa do ponto de vista do animal e assinado por *Roxinho*, narra de forma ampla aos significados do burro para as culturas humanas, chamando atenção para o fato de que é o animal mais mencionado na Bíblia (133 vezes) e está presente na cena do presépio que representa o nascimento, além de outras passagens na vida de Cristo. Em relação à participação nas sociedades humanas, o autor afirma que o burro contribuiu da edificação das pirâmides no Egito à construção de açudes no Nordeste, mostrando-se um animal com muitas camadas de significados. “À medida que penetrava nas realidades do sertão, fui compreendendo que o abandono dos burros simbolizava o descarte de uma cultura e de valores que

²⁰ Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2012N21806>. Acesso em: 05/01/2019. Verificamos a existência de 3 petições. A maior delas com 26.816 assinaturas.

²¹ Disponível em: <http://www.emater.rn.gov.br>. Acesso em: 06/02/2017.

²² O livro está disponível para download no site do fotógrafo: <http://www.buainain.com/blog/fora-de-foco-era-uma-vez>.

não precisariam ser desprezados em nome do desenvolvimento”, afirma Buainain (2014).

Há muitos sentidos possíveis para os cruzamentos de fronteira envolvidos neste caso. Os tabus – alimentares e verbais – estão ligados, como mostrou Edmund Leach (1983 [1964]), à liminaridade, ou às brechas, entre os termos de um sistema classificatório. E o nicho socioecológico que o jegue ocupa se situa precisamente nos limites – entre campo e cidade, doméstico e selvagem, humanidade e bestialidade, entre antigo e moderno. Ele passa a viver nas margens das rodovias, personagem ambíguo na expansão urbana e produtiva. Substituído por motocicletas, se torna um problema viário na mesma medida em que perde o valor como animal de carga.

Também aqui, os nomes importam. As próprias motos que se popularizaram neste processo foram os modelos mais simples oferecidos pelos fabricantes, de 100 cilindradas, que passaram a ser chamados regionalmente de “jegues”²³. Pequenas e capazes de resistir às dificuldades do ambiente agreste, as motocicletas receberam assim os atributos totêmicos do animal que substituíam. E essa substituição trouxe, é claro, profundas mudanças nas configurações regionais de trabalho, bens e serviços. Mudança que implicaram em uma reconfiguração nas redes sociotécnicas regionais²⁴. Redes de conexões históricas, ou tradicionais, ligando humanos e jegues a elementos artesanais, cercados, instrumentos de arado, apetrechos de carga e de montaria, são substituídas, neste caso, por outras compostas por elementos que costumam ser vinculados a um modelo de desenvolvimento regional que inclui postos de combustível, oficinas mecânicas, fabricantes e fornecedores de tecnologia automotiva.

Os atributos totêmicos compartilhados vinculam-se ao processo de nomeação. A palavra “burro”, em português, refere-se, em sua conotação mais imediata, à estupidez, limitação intelectual, mas a ideia deriva da percepção de um animal que dificilmente é ensinado, ou que resiste ao processo de adestramento. “Teimoso como uma mula”, dizemos. A dificuldade para ser ensinado, no entanto, do ponto de vista do animal, pode ser entendida mais como uma recusa à subjugação do que algum tipo de incapacidade inata para a

²³ Não temos elementos para concluir se essa forma de nomear se deve apenas à incorporação das motos à vida rural ou a uma campanha de marketing.

²⁴ A ideia da rede sociotécnica, formulada no âmbito da teoria-ator-rede, implica em uma recusa de se tomar como dada a oposição entre humanos e não humanos. Uma recusa em se tomar o humano como *locus* único de agência e o não humano como objeto passivo – recursos ou matéria-prima para os agentes humanos. O termo “não humano”, neste caso, não se aplica apenas a seres vivos, como animais, plantas ou bactérias, mas também a dispositivos técnicos, organizações coletivas, substâncias químicas, entre outros. O ator, ou actante, é definido na medida mesmo em que age, em que se conecta aos outros; ou seja, “rede” e “ator” se constituem reciprocamente. (LAW, 2009)

aprendizagem. A mula (híbrido resultante do cruzamento entre o jegue e o cavalo) é teimosa porque ela faz o que ela quer, e não o que seu dono deseja. Essa característica, se por um lado é tratada como sinônimo de estupidez, por outro reforça a independência do humano e a capacidade que o jegue possui de se virar por conta própria. Todas essas expressões demonstram ainda o modo como a espécie está firmemente ancorada no vocabulário cotidiano e no modo de vida regional.

A partir do que foi exposto, podemos vislumbrar algumas maneiras distintas de narrar o caso dos jegues, em que identificamos diferentes processos. O primeiro deles pode ser caracterizado como um processo histórico de incorporação cultural, ou de “naturalização pela cultura”, como revela um autor que tematiza os bovinos do Pantanal na perspectiva da etnobiologia (Campos Filho, 2002). Nos referimos, neste caso, ao processo no qual, ao longo do tempo, o jegue foi incorporado às sociedades humanas como um animal de trabalho e de companhia, com todos os significados estéticos e simbólicos a ele associados. Assim como a cabra, ele é parte da paisagem nordestina, um animal símbolo deste ambiente sociocultural, que dificilmente seria tomado, em uma perspectiva da etnoclassificação, como um “invasor” ou como um elemento que vem de fora.

O segundo processo que vislumbramos tem um caráter mais especulativo, já que não dispomos de elementos suficientes para comprovar se de fato faria sentido em relação ao que está ocorrendo. No caso do jegue, estamos falando de um animal doméstico como tantos outros introduzidos pelos colonizadores nas Américas, uma espécie exótica introduzida de forma artificial em um novo ambiente. Podemos imaginar que os animais que são abandonados de alguma forma entram em um processo de interação com este novo ambiente que independe do controle humano. Esse processo, se tomado em longo prazo, poderia ser manifestado como aquele que ocorre com diversas outras espécies que, em termos biológicos, são classificadas como exóticas.

Um dos casos mais emblemáticos deste tipo de processo é o dos javalis, analisado por Caetano Sordi no sul do Brasil (2015). Outros casos análogos foram abordados por um de nós em trabalhos anteriores voltados para a realidade do Pantanal, como o do porco-morteiro (animal doméstico que se torna feral, inclusive com mudanças em sua morfologia ao longo de poucas gerações) ou o do gado *bagual*, gado em estado selvagem que hoje em dia é muito raro na região (SÜSSEKIND, 2016). O termo “feral” define o animal domesticado, criado, que de alguma maneira escapa do controle humano e segue por conta própria, colonizando novos ambientes. É possível que uma população asselvajada de jegues esteja ocupando nichos ecológicos do sertão

nordestino? Não sabemos. Mas essa é uma possibilidade aberta pelo abandono que, de saída, não podemos descartar.

O terceiro processo ao qual nos referimos diz respeito especificamente às consequências do abandono, que produz violência e maus tratos. A ideia de que são animais ferais pode ser questionada como sendo uma visão idealista. Os jegues que sofrem e são atropelados entram em um processo que, no limite, aponta para a possibilidade da extinção, na medida em que seu descarte funcional traz a ameaça de que desapareçam desta paisagem multiespécies. O fotógrafo Marcelo Buainain documentou a violência e as condições de vida precárias e cruéis às quais os jegues estão submetidos no quadro atual, chamando atenção para esse problema (2014). O sentimento de perda e a nostalgia evocada pela situação são tematizados na literatura regional e em outras formas de manifestação cultural, e surgem nesse âmbito uma série de propostas envolvendo novas formas de manejo, proteção, controle ou intervenção sobre uma situação envolvendo violência e maus tratos.

A delimitação de fronteiras entre humanos e animais é sempre problemática, e há uma série de relações de poder ligadas ao caso dos jegues que tangenciam relações de classe e de gênero. Discutindo o carnivorismo em uma perspectiva feminista, Carol Adams mostra como a estrutura que oprime as mulheres e os animais é fruto de um processo histórico a partir do qual se revela uma “política sexual da carne” em que se perpetuam as marcas do patriarcado e do colonialismo (2012, p. 245). Refletindo sobre o mesmo tema, Daniele Kergoat argumenta que os tabus tendem a se tornar ainda mais rígidos em virtude das relações sociais terem, segundo ela, duas importantes características. A primeira é serem consubstanciais, ou seja, formarem um nó que não pode ser desatado somente por uma perspectiva. A segunda é serem coextensivas, pois, ao se desenvolverem, as relações de classe, gênero e raça se reproduzem e se coproduzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

O par humano-animal se articula, no âmbito da crítica feminista, com uma série de outros pares de opostos: homem-mulher, corpo-alma, natureza-cultura, entre outros²⁵. Especificamente no Nordeste brasileiro, como vimos, há um histórico de relações marcadas pela desigualdade social e pelo colonialismo. Não só o poder político e econômico se concentrou historicamente nas mãos de grandes proprietários rurais, mas a classe política é também ostensivamente composta por representantes com ideais ligados à manutenção de um *status quo* historicamente machista e racista. A opressão, nesse contexto, se dá a partir de múltiplas formas, nas quais as minorias e as figuras da alteridade são alvo de violências físicas e simbólicas.

²⁵ A esse respeito, ver também os artigos de Lessa e Camargo (2014) e Carmo e Bonetti (2013).

Não temos elementos suficientes para desenvolver uma discussão consistente a respeito das relações regionais com os jegues e outras formas de dominação e violência presentes no Nordeste. No caso da proposta de se utilizar o jegue como alimento, entretanto, entendemos que há uma tentativa da imposição de uma solução de cima para baixo; neste caso, *goela a baixo*, com a ideia de “alimentar o povo” a partir da conversão de um animal em item comestível. Os significados culturais são por vezes mais profundos do que os argumentos utilitários, e vozes ligadas à defesa dos direitos dos animais se aliam, neste caso, à luta contra a intolerância, o racismo e a violência de gênero.

Aproximando a crítica feminista de uma reflexão sobre os limites do humano, Donna Haraway se refere às conexões entre espécies (em uma alternativa à ideia da rede) usando a imagem do jogo de barbante, ou “cama de gato” – *string figures*, ou *cat’s cradle* (HARAWAY, 2008; 2016). As noções de “espécies companheiras”, ou “companhias multiespécies”, formuladas por ela, abrem possibilidades inovadoras de leitura das interações humanos-animais como processos de coabitação, coevolução, efeitos simbióticos recíprocos. Em uma abordagem que explora os nós desse jogo de barbantes que conecta teoria feminista, tecnociência, ficção científica e estudos de animais, nos é oferecida uma perspectiva que não restringe a agência apenas aos humanos, colocando em questão o processo histórico de coadaptação entre múltiplas formas de vida.

Tomar o jegue como uma espécie companheira implica, em nosso entendimento, no desafio de pensarmos o que a autora chama de um *devir-com*, ligado ao modo como os mundos próprios dos animais e dos seres humanos são mobilizados e conformados em suas relações recíprocas. Implica também na recusa do modelo hilemórfico a partir do qual a interação entre humanos e animais seria pensada como a imposição de uma forma, ou a ação de um sujeito (humano) sobre um objeto (animal). Ao invés disso, essa interação pode ser lida em termos de um processo de domesticação recíproca, se podemos dizer assim, um processo no qual os atributos de humanos e animais são colocados em jogo. Os jegues que trabalham na lavoura, no transporte e na construção de açudes conformam práticas e modos de associações, fazendo parte da constituição de um coletivo multiespécie com características próprias. Os futuros possíveis reservados a eles são uma incógnita, mas a repercussão do abandono a que estão submetidos, como procuramos mostrar, tem consequências que vão muito além da utilidade prática.

Podemos dizer ainda, neste caso, que a relação com a espécie companheira se modificou, porém não ultrapassou a barreira do “tornar matável” a que se refere Donna Haraway (2011). Isso porque se consolidou

uma situação na qual, embora tenha sido possível abandonar o animal à própria sorte, ou permitir que ele fosse abatido de forma cruel para evitar acidentes nas estradas, não foi possível transformá-lo em um alimento socialmente aceito. Para Haraway, o cuidado e respeito com determinada espécie requerem que as condições para aceitar a morte, assim como a vida, sejam enfrentadas sem que se apele para uma posição de inocência. De acordo com ela, as políticas de direito à vida, tanto no mundo humano quanto no mundo animal, se dirigem equivocadamente para a inocência, e não para o respeito e a responsabilidade (2011, pp. 392-394). Referindo-se em particular às discussões sobre maus-tratos e crueldade na indústria de alimentos, a autora aponta para o caráter constitutivamente cruel do sistema capitalista:

[As] leitões são sistematicamente “tornadas matáveis” – ou talvez, até mais do que isso, são forçados a viver e se multiplicar até o máximo alcance possível – e a extensão de sua dor e sofrimento é apenas parte do ultraje. (...) Os porcos (e, é claro, muitos outros animais e pessoas) são tornados matáveis e exploráveis na produção e reprodução por serem reduzidos a seres que não podem ser sujeitos de suas próprias vidas, seres sem história, sem relações naturais-sociais que importam, sem tempo, seres sem trabalho ou diversão. (2011, p. 393)

“Tornar matável” significa submeter o outro a regimes de animalização, excluir da esfera do direito, desumanizar, converter em coisa, em “carne”. Significa transformar em força de trabalho incapaz de resistir; ou seja, subjugar, tomar como objeto e negar a condição de sujeito. No caso da sociedade nordestina, precisamos lembrar, nesse sentido, a herança escravocrata e a composição de uma sociedade patriarcal marcada por graves processos de genocídio – envolvendo indígenas, sertanejos, quilombolas²⁶ – ligados à manutenção dos privilégios das oligarquias, tanto no campo quanto na cidade. Algo que nos lembra, através das linhas de continuidade entre humanos e animais evidenciadas acima, da “vida de gado” evocada pelos conhecidos versos da música *Admirável Gado Novo*, de Zé Ramalho²⁷.

Tornar os jegues “matáveis”, convertê-los em alimento, teria certamente implicações na cadeia produtiva e no comércio de alimentos, mas teria também implicações éticas e simbólicas na relação histórica do povo nordestino com esses animais. Observamos, neste caso, um povo que, assim como as espécies animais subjugadas, foi submetido a regimes de trabalho muitas vezes desumanos. De outro lado, temos uma espécie substituída, em sua condição de trabalhador, pela máquina. Todos esses sentidos se entrelaçam na resistência

²⁶ Ver, a esse respeito, a narrativa contra-colonial da história do Brasil elaborada por Antônio Bispo dos Santos (2015).

²⁷ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/ze-ramalho/49361/>. Acesso em: 14 abr 2019.

dos jegues – e de suas companhias humanas – ao processo de conversão em carne.

Referências bibliográficas

- ADAMS, C. 2012. *A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde.
- BRANDÃO, E. C. (Org.). 2018. *Dicionário popular de gírias e expressões*. Disponível em: <http://dicionariopopular.blogspot.com.br/>. Acesso em: 05/01/2019.
- CAMPOS FILHO, L. V. da S. 2002. *Tradição e ruptura*. Cultura e Ambiente Pantaneiros. Cuiabá: Entrelinhas.
- CARMO, I. N. do; BONETTI, A. 2013. Políticas sexuais da carne. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.21, n.1, pp. 404-406, Abr. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100023&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/01/2019.
- COETZEE, J. M. 2002. *A vida dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DERRIDA, J. 2002. *O animal que logo sou*. São Paulo: Unesp.
- FRANCISCO, E. 2012. *Discussão de um Jumento com uma Moto*. Folheto de Cordel. Disponível em: http://edsonfrancisco.blogspot.com/2012/09/blog-post_18.html. Acesso em: 04/02/2019.
- HARAWAY, D. 2016. *Staying with the trouble*. Making kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press.
- HARAWAY, D. 2011. Companhias multiespécies nas naturezaculturas. Uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azeredo. In: MACIEL, M. E. (Org.). *Pensar/escrever o animal*. Ensaios de Zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC. pp. 389-417.
- HARAWAY, D. 2008. *When Species Meet*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- KERGOAT, D. 2010. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n.86, pp. 93-103, Mar. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08/01/2018.
- LATOUR, B. 2005. *Reassembling the Social*. Oxford: Oxford University Press.
- LAW, J. 2009. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: TURNER, B. S. (ed.). *The New Blackwell Companion to Social Theory, 3rd Edition*. Oxford: Blackwell. pp. 141-158

- LEACH, E. 1983 [1964]. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: MATTA, R. da. *Edmund Leach – Antropologia*. São Paulo: Ática. pp. 170-198.
- LESSA, P.; CAMARGO, M. 2014. Uma teoria feminista-vegana: a política sexual da carne. *Revista Estudos Feministas*, v.22, n.1, pp. 382-384. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000100026>, 2014. Acesso em: 03/01/2019.
- LOURIVAL, R. F. F.; FONSECA, G. A. B. da. 1998. Análise de Sustentabilidade do Modelo de Caça Tradicional, no Pantanal da Nhecolândia, Corumbá, MS. In: BODMER, R. E.; VALLADARES-PADUA, C. *Manejo de Fauna a America Latina*. Belém: Instituto Mamirauá. pp. 123-172
- MAZZA, M. C. Medeiros; MAZZA, C. A. da Silva; SERENO, J. R. B.; SANTOS, S. A.; PELLEGRIN, A. O. 1994. *Etnobiologia e conservação do bovino pantaneiro*. Corumbá: CPAP/ Embrapa.
- PRINCESA, M. de. 2009. *O testamento do jegue*. Folheto de Cordel. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cordel/2002431>. Acesso em: 05/05/2019.
- RIBEIRO, J. U. 1998. O fim do jegue. In: RIBEIRO, J. U.. *Arte e Ciência de Roubar Galinha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp. 159-165
- SAHLINS, M. 2003. A preferência de comida e o tabu nos animais domésticos americanos. In: SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. pp. 170-178.
- SANTOS, A. B. dos. 2015. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: UNB/ INCTI.
- SORDI, C. 2015. Guerra ao javali: invasão biológica, feralização e domesticação nos campos sulinos. *R@u - Revista de Antropologia da UFSCar*, v.7, n.1, pp. 59-77.
- SÜSSEKIND, F. 2016. Notas sobre o bagual: pecuária, caça e conservação no pantanal brasileiro. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, v.13, n.2, pp. 128-142. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43412016v13n2p128>. Acesso em: 12/03/2019.

Websites consultados

<http://www.revelandoosbrasis.com.br/video/o-jegue-patrimonio-cultural-do-nordeste/>

<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-fim-do-ciclo-do-jegue/>

<http://g1.globo.com/carros/motos/blog/dicas-de-motos/post/moto-que-substituiu-o-jegue-se-rende-tecnologia.html>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2016-09-28/nordeste-jegues.html>

<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2014/05/promotor-do-rio-grande-do-norte-incentiva-o-consumo-de-carne-jumento.html>

<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dos-ultimos-cem-anos.html>

http://www.apac.pe.gov.br/noticias.php?noticia_id=884

<http://jumentoemuar.blogspot.com.br>

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,exportacao-de-jumentos-nordestinos-para-a-china-empaca,1522821>

<http://www.emater.rn.gov.br/>

<http://www.ogritodobicho.com>

<https://noticias.uol.com.br/.../no-nordeste-motos-roubam-espaco-de-jegues-e-domina...>

g1.globo.com/globo.../11/jegues-estao-sendo-trocados-por-motos-no-nordeste.html

revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT374780-1664,00.html

<https://www.gazetadopovo.com.br/.../nordeste-vai-exportar-jumentos-para-a-china-7>

oloucomeu.blogspot.com/2008/04/moto-substitui-jegue-no-nordeste.html

<https://www.anda.jor.br/.../exploracao-motocicletas-passam-afazer-cavalos-jegues-jumentos>

<https://cardapiopedagogico.blogspot.com/.../o-abandono-dos-jegues-do-nordeste>

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/04/25/empresa-quer-abater-jumentos-no-nordeste-e-vender-carne-e-derivados-a-china.htm>

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,exportacao-de-jumentos-nordestinos-para-a-china-empaca,1522821>

<https://www.anda.jor.br/2016/01/exploracao-motocicletas-passam-afazer-cavalos-jegues-jumentos/>

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/nordeste-vai-exportar-jumentos-para-a-china-7mg3npbzmj8m3zgw2qdiwk0e>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2016-09-28/nordeste-jegues.html>

<http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT374780-1664,00.html>

<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2012/11/jegues-estao-sendo-trocados-por-motos-no-nordeste.html>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/08/30/no-nordeste-motos-roubam-espaco-de-jegues-e-dominam-tarefas-rurais.htm>

<https://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/de-quem-e-esse-jegue>

<https://www.cartacapital.com.br/cultura/questoes-asininas>

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u13144.shtml>

<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/saiba-a-diferenca-entre-jumento-burro-jegue-asno-besta-e-cavalo/>

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/online/jumentos-softem-tortura-e-maus-tratos-no-interior-1.1385596>

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,venda-para-a-china-cria-campanha-pro-jegue,105775e>

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37478910>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/01/jegues-esperam-por-adocao-no-rn-camara-discute-abate-para-alimentar-presos.htm?cmpid=copiaecola>

<https://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/de-quem-e-esse-jegue-8212-como-a-cidade-de-apodi-rn-tem-lidado-com-centenas-de-animais-abandonados-vagando-perigosamente-pelas-estradas/>

<https://mp-rn.jusbrasil.com.br/noticias/113985659/almoco-com-carne-de-jumento-foi-um-sucesso>

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1109033

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/07/01/jegues-esperam-por-adocao-no-rn-camara-discute-abate-para-alimentar-presos.htm>